

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DESAFIOS DE EDUCAR PARA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CAMPO GRANDE-MS

Edna Célia Barbosa Roque de Souza¹

Vilma Miranda de Brito²

Resumo

Este artigo apresenta os estudos iniciais da pesquisa sobre “As Políticas de Formação Continuada e as Relações Étnico-raciais na Rede Municipal de Ensino em Campo Grande-MS”, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande/MS. O objetivo deste trabalho é realizar um levantamento bibliográfico para analisar a história da educação do negro no Brasil e das políticas educacionais para educar para a igualdade racial da Rede Municipal de Ensino para a formação de professores. Os primeiros estudos desta pesquisa constataram que o negro sempre lutou pelo direito a educação e contra as condições precárias de ensino, e que apesar dos avanços nas políticas públicas no combate ao racismo e das normatizações educacionais garantir o direito a educação que contemple a diversidade cultural do povo brasileiro, alguns fatores ainda impedem a efetivação da educação a favor da igualdade étnico-racial, como a falta de conhecimento da história do negro e do reconhecimento da necessidade de ressignificação e de valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Educação. Étnico-Racial. Políticas Públicas. Formação-docente.

¹Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: ednacelia2008@gmail.com.

²Doutora em Educação; professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS/Unidade de Campo Grande-MS. E-mail: vilmiranda2015@gmail.com.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados iniciais dos estudos da pesquisa “As Políticas de Formação Continuada e as Relações Étnico-raciais na Rede Municipal de Ensino em Campo Grande-MS”, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

O interesse pelo estudo desta temática deve-se pela minha própria história de vida, uma vez que enquanto afrodescendente sempre enfrentei desafios ao longo da minha trajetória profissional e, embora tenhamos avançado consideravelmente através de políticas públicas que visam assegurar a igualdade de direitos, incluindo até mesmo punições aos crimes de racismo, essas políticas ainda não têm sido suficientes para a efetivação prática desses direitos.

Embora reconheçamos que a formação do povo brasileiro deve-se da mistura de três raças: branco, negro e índio, fato que reflete a grande diversidade cultural, porém a garantia do direito de manifestação de suas crenças, valores e costumes ainda é vista como desafio que muitas vezes são ignorados pela escola, de maneira implícita e/ou explícita, quando desconsideramos a diferença e tratamos todos como iguais, ou quando ignoramos diferenças e com isso acabamos por favorecer determinado grupo em detrimento dos outros que estão presentes no contexto escolar.

Isso pode até acontecer de maneira inconsciente nas práticas escolares, através do modo como tratamos nossos alunos, no jeito de organizarmos nossa sala, os materiais que disponibilizamos a eles ou até mesmo pela negação da existência do diferente ou diferenças.

O Brasil é um país racista, mas o discurso do qual os brasileiros se utilizam não é/está racializado ainda hoje. Evita-se um confronto direto com o racismo e apenas tangenciam as questões relacionadas à discriminação étnico-racial. Colaboramos, assim, para a difusão e ampla aceitação do mito da “democracia racial”, de que brancos e não-brancos vivem de forma harmônica, sem conflitos. Isto leva muita gente a não perceber, ou a fingir não perceber, o imenso apartheid velado que existe entre os brasileiros. (SILVA e SOUZA, 2008, p.174).

Percebe-se que o "mito da democracia racial" é um dos principais desafios no combate ao racismo em nossa sociedade. Para alguns os pesquisadores o não reconhecimento da própria identidade revela que em nosso país as pessoas são influenciadas não só pela aparência física, mas também pela posição socioeconômico e educacional. Além disso, é

usada uma variedade de termos raciais, tais como: mulato, pardo, moreno, crioulo, mestiço entre tantos outros. (SILVA e SOUZA, 2008).

Em uma declaração sobre identidade negra, Costa (1983) relata que o racismo esconde, assim, seu verdadeiro rosto, pela repressão ou persuasão levando a pessoa negra a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade do seu corpo e como consequência disso leva os indivíduos a pensarem que ele poderia ter nascido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e a identidade negra deverão desaparecer, no desejo de embranquecer, deseja a própria extinção.

Sabemos que é na escola onde as famílias das classes populares, em sua maioria de origem afrodescendentes buscam o conhecimento, como tentativa de melhorarem a qualidade de vida, ou seja, de terem uma profissão, um bom emprego, porém muitas vezes esta acolhida na escola torna-se um conflito para a maioria dos alunos de origem negra.

A escola é por natureza lugar de socialização, portanto é fundamental que garanta o direito de que seus indivíduos sejam respeitados com suas particularidades, por suas identidades, crenças, valores e costumes à diversidade cultural e isso estão garantidos na Lei 10.639/2002.

As primeiras pesquisas nos mostram que os avanços referentes às políticas públicas para a educação do negro foram conquistados através de muitas lutas e, apesar de serem direitos garantidos nas normatizações vigentes há mais de uma década, a sua efetivação nas práticas educacionais ainda são pouco debatidas e na maioria das vezes são lembradas somente nas datas alusivas ao dia da abolição e/ou na semana da consciência negra.

Mas, neste ponto, coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma “religião”, em uma “fé”, isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como “premissa” teórica implícita que é uma (ideologia, poderemos dizer, desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia.(GRAMSCI, 1991, p.16).

A história nos mostra que as relações com a diversidade sempre fez parte da história da humanidade e podemos perceber que o diferente sempre foi tratado como negativo. Os estudos de Gramsci (1991) apontam para as dificuldades de romper com a concepção de mundo e com conceitos historicamente instalados em nossa sociedade através das relações de

poder e lutas de classes, onde as classes hegemônicas, que impõe em sua maneira de pensar e agir.

As políticas afirmativas do negro foram garantidas através de muitas lutas dos movimentos sociais do negro espalhados pelo Brasil e elas alertam nossa sociedade que é preciso debater as relações étnico-raciais e a escola é, sem dúvida, um potencial para desmistificar o preconceito. Quanto mais a temática for debatida, maiores serão as possibilidades de contribuição para a desconstrução de preconceitos e estereótipos que foram instalados em nossa sociedade desde a escravidão.

Não é preciso insistir no papel da educação escolar na formação da imagem que uma sociedade faz de si mesma, de sua história e de sua diversidade étnico-racial e cultural. Essa auto-imagem, tal como é veiculada nas escolas e voltada para a descrição da sociedade e para a afirmação de valores básicos, não está, entretanto, livre de preconceitos e de discriminação. Negros e indígenas ainda são retratados (quando não ausentes) nos livros didáticos e por professores despreparados de forma equivocada e folclórica. São ignoradas, portanto, as questões suscitadas pela presença de sociedades indígenas e da população negra no Brasil dos dias atuais e os lugares que ocupam dentro do projeto de uma nação que ainda tem muitas dificuldades para se ver e reconhecer-se pluriétnica. (SILVA e SOUZA, 2008, p.17).

Com isso percebemos que estamos diante de um grande desafio no combate ao preconceito racial e a implementação das políticas afirmativas para o negro no cotidiano escolar dependerá do conhecimento e reconhecimento da história do negro pelo professor, ou seja, da formação para uma intervenção eficaz que seja capaz de colaborar com a melhoria da qualidade da educação e para a construção de uma sociedade de igualdade de direitos e solidariedade entre as pessoas.

Segundo Silva (2010) o município de Campo Grande – MS, instituiu a primeira política de valorização étnico racial em 2006, com o Plano Municipal de Políticas de Igualdade Racial-População Negra, coordenado pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano por meio do programa “Comunidade Viva”.

Em cumprimento a ação do Plano Municipal de Políticas de Igualdade Racial-População Negra, ainda em 2006 foi criada uma equipe na Secretária Municipal de Educação para o monitoramento e ações educacionais de combate ao racismo.

Diante da obrigatoriedade das Leis e das ações determinadas no Plano Nacional para os municípios, uma das ações foi a criação de uma equipe para a orientação, monitoramento e avaliação das ações educacionais junto a população negra na Secretaria Municipal - SEMED e na Rede Municipal de Ensino – REME. Ainda em 2006 foi instituída uma Equipe de Educação Afirmativa – EAF na Divisão de Ensino

Fundamental composta por profissionais com sensibilidade para a discussão sobre o racismo, o preconceito e a discriminação. (SILVA,2010, p.182)

Desde então a Secretária Municipal de Educação mantém vários programas para o atendimento a demanda étnico racial em suas normatização, porém o período de 2012 a 2016, não houve continuidade dos programas de formações por motivos de gestão e políticas partidárias e em 2017 com o objetivo de retomar as ações de formação a secretaria lança o “Programa de Educação em foco: múltiplas dimensões da formação continuada”, com vigência até 2020.

Decorrente da necessidade de assegurar momentos de formação continuada, o Programa “Educação em Foco: múltiplas dimensões da formação continuada” tem como objetivo assegurar ao grupo de professores e demais profissionais da educação, de todas as etapas de ensino da Reme, a formação continuada nas diferentes modalidades, presencial e virtual, bem como o acompanhamento pedagógico com momentos de estudo e reflexão sobre as demandas do trabalho docente. (CAMPO GRANDE,2017, p.7)

Mas será que enquanto professores da Rede Municipal de Ensino, estamos preparados para debatermos o racismo na escola? Nossa formação nos cursos de graduação possibilita apropriação da história da luta do negro e do direito de igualdade de oportunidade? Quais as contribuições do “Programa de Educação em foco: múltiplas dimensões da formação continuada, 2017 - 2020” da Secretaria Municipal de Educação para a formação dos professores e o trabalho da questão racial nas escolas de Campo Grande - MS?

Deste modo, para compreender a dinâmica que a sociedade atual apresenta, esta pesquisa se propõe, através do estudo da historicidade, obter dados/informações que possibilitem desvelar como se materializou o racismo e o porquê da nossa sociedade ainda ter tantas dificuldades para efetivação dessa política educacional. Também será importante desvelar as contradições e os embates ao longo dos tempos para a superação do racismo na escola.

Por se tratar de um estudo em fase inicial, foco centra-se em uma revisão bibliográfica para compreender as complexidades históricas que envolvem as relações étnicas raciais e a educação e as políticas de formação docente no âmbito da Secretaria Municipal de Campo Grande – MS.

A educação do negro no Brasil

Os registros da história da formação da sociedade brasileira demonstram que desde os primórdios existiam conflitos culturais entre os diferentes povos que habitaram as terras brasileiras. Embora muitos anos tenham se passado e várias políticas brasileiras combatem o racismo, mas infelizmente as consequências dessas relações conflituosas ainda trazem suas marcas até os dias de hoje e chegam também nas nossas escolas.

Após a abolição da escravatura a população negra teve que lutar contra as precárias condições para a sua sobrevivência, esse período também é caracterizado pelo desinteresse educacional, são poucas as iniciativas de instituições públicas ou privadas que se envolviam com medidas de educação das crianças negras, mesmo depois da Reforma do Ensino Primário e Secundário no ano de 1879, que eliminava a proibição de escravos de frequentar as escolas públicas. Porém esse direito não foi universalizado.

O fato de existirem iniciativas com vistas à inclusão dos escravos e dos negros livres em cursos de instrução primária e profissional não nos autoriza inferir que essa tenha sido uma experiência universal. Porque não foi. A esse respeito, Peres nos chama a atenção para aquelas províncias, como a do Rio Grande do Sul, onde 'não só havia escola que não admitiam a hipótese de matricular escravos como também se negavam aceitar os negros livres e libertos'. (GONÇALVES, 2003,p.132).

O século XIX é um período muito difícil para a população negra, o avanço da doutrina liberal e a chegada de muitos imigrantes europeus e as relações são competitivas, caracterizada por muitos conflitos raciais e o povo negro em situação de abandono após o período da escravidão estava em desvantagem na disputa pelo mercado de trabalho.

O povo negro sempre lutou pela sua sobrevivência, os registros de varias comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, que formadas principalmente pelos negros que fugiam dos maus tratos da condição de escravos e mesmo depois da Lei que libertou os negros da escravidão em 13/5/1888, percebe a condição desigual em relação aos direitos mínimos para a garantia de sobrevivência, situação essa que mobilizou para lutar por políticas que assegurasse a igualdade de oportunidades, educação, trabalho e possibilidades de ascensão social.

Neste contexto histórico Gonçalves (2003) destaca o papel das irmandades católicas nos períodos que compreende o final do século XVIII e início do XX. Lideradas sempre por uma pessoa branca, as irmandades funcionavam como estruturas comunitárias onde os negros reivindicavam ajuda hospitalar, assistencial e material além de contribuir para preservação de algumas tradições religiosas de origem africanas.

Segundo Gonçalves (2003) a principal característica das irmandades era o assistencialismo, mas também contribuiu para a discussão a respeito da desigualdade racial em que os eram tratados e por isso influenciaram no comportamento do negro e colaboram como "embrião" do que seriam as organizações combativas que dominaram a primeira metade do século XX, pois elas.

Entre 1906 e 1940, foram registradas, no estado de São Paulo, várias associações de assistência. Para ilustrarmos citamos algumas: "Flor de Maio", em São Carlos, José do Patrocínio", em Rio Claro; "Luiz Gama", em Jundiá; e ainda a Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara" e "Sociedade Beneficente 13 de maio", ambas em São Paulo. (GONÇALVES. 2003, p. 338)

Os movimentos sociais do negro no Brasil e as manifestações contra o racismo e o preconceito neste período apontam para a emergência de novos atores sociais, principalmente nos grandes centros urbanos como: São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife, onde as diferenças raciais e as condições de sobrevivência eram gritantes.

A reivindicação por educação sempre ocupou lugar de destaque nos movimentos sociais neste período e os líderes sempre representados como exemplos, ou seja como figuras afirmativas, em sua maioria tinha ensino superior, entre eles destaca-se o líder José Correia Leite, nascido em São Paulo em 1900, entre tantos outros exemplos.

A luta dos movimentos sociais colaborou para o reconhecimento na Constituição Brasileira da dívida cultural aos povos afrodescendentes e aos indígenas, que durante muitos anos foram marginalizados e discriminados por sua própria história e do modo como ocorreu a colonização no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional n. 9.394/1996, assegura o direito universal de educação para todos, inspiradas nos princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana. Porém para assegurar uma prática educativa democrática, é preciso criar uma nova mentalidade a respeito da história do negro, de suas lutas e de suas contribuições.

Em 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais, também reforça que a escola devia ser um espaço para a construção de identidade, colaborando para o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual, a interação e a cooperação, fatores fundamentais para a construção de uma imagem positiva de si mesmo e isto só seria possível quando ocorresse o reconhecimento da grande diversidade da nossa população, quer seja de raça, cultura ou de religião.

A promulgação da lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação, tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira, tendo o negro como protagonista, não só como escravo, como é citado pela maior parte dos livros didáticos.

A Resolução CNE/N. 1 de 2004, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, que trás orientações e princípios fundamentais para as práticas pedagógicas nas instituições de ensino.

O Parecer CNE/CP, N°3/2004, reforça a promulgação da lei 10.639/03, além de valorizar a cultura afrodescendente, é uma política de reparação, aos danos causados pelo período de escravidão no Brasil:

A demanda por reparações visa que o estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, na pós-abolição. Visa também as que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (BRASIL, 2014, p. 21).

As políticas públicas são uma tentativa de garantir que a escola possibilitasse aos alunos o conhecimento e a contribuição do negro para a construção da identidade do nosso país. Entretanto, queremos destacar que são muitas as dificuldades para a efetivação das políticas em relação a igualdade de direitos ao negro.

Um dos desafios é a apropriação do processo histórico da luta do povo negro e suas contradições por parte dos profissionais da educação, sendo que este é um fator fundamental para que haja na escola um espaço de reflexão, onde os indivíduos possam reconhecer-se como negros, posicionar-se frente aos problemas enfrentados no seu cotidiano.

Desmistificar os estereótipos do negro como os escravos, mas entendendo que antes deste passado lamentável como escravos, o povo negro tem sua origem, sua própria história, uma cultura, outra maneira de ver o mundo, que precisa ser contada e reconhecida pelos seus descendentes e legitimada como identidade.

Para isso, precisamos garantir uma formação docente que possibilite ao professor saber identificar as práticas racistas no cotidiano escolar e ainda saber realizar intervenções nas práticas que possibilitem mudanças de valores, pois a forma que este profissional realiza uma

intervenção poderá colaborar para reforçar o preconceito ou para fortalecer sua auto-estima e garantir seu sucesso e permanência na escola.

[...] mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana. (MUNANGA, 2001, p. 17).

Sendo assim, é preciso reeditar nossas concepções em relação ao negro, não podemos aceitar que conceitos negativos massificados desde do período Colonial, continue a prejudicar grande parte do povo brasileiro.

A educação do negro no município de Campo Grande - MS

O Estado de Mato Grosso do Sul, possui uma comunidade negra significativa nos traz o registro de mais de quatro comunidades quilombolas que buscam seu processo de reconhecimento: Furnas do Dionísio, em Jaraguari; Furnas de Boas Sorte, localizada no município de Corguinho; Furnas do Baiano, localizada em Aquidauana e a Comunidade dos Malaquias, em Camapuã, ainda temos os descendentes de Eva Maria de Jesus que formam a Comunidade de São Benedito. Catanante (2010)

Os movimentos sociais do negro desencadeado nos grandes centros urbanos das cidades brasileiras tiveram repercussão no estado de Mato Grosso do Sul, que tem o papel de destaque na luta a favor de políticas públicas a favor da democracia e da igualdade racial.

Deste modo queremos destacar a atuação do grupo Trabalho, Estudos Zumbi dos Palmares, pela relevância dos trabalhos no estado de Mato Grosso do Sul: palestras, seminários, programas em rádio e televisão, cursos pré-vestibulares e principalmente a sua contribuição na sistematização dos estudos educacionais no que refere nas questões raciais.

O grupo TEZ nasceu no ano de 1985 a partir da iniciativa de um grupo de estudantes de origem africana, que tomando consciência da situação de subjugação e conscientes do problemas dessa população alimentava o desejo que o negro conquistasse outro lugar na sociedade. Esse grupo tem pautado suas ações com proposta de trabalho, estudo e formação de novas lideranças que possam fazer o enfrentamento das questões raciais e propor políticas públicas para mudar a realidade do povo negro em Mato Grosso do Sul. (CATANANTE, 2010, p.62)

As reivindicações dos movimentos sociais do negro, pelo o direito a uma educação que reconhece a diversidade cultural do povo brasileiro provocam alterações nas políticas educacionais e atualmente estamos vivenciando um período novo, no sentido de encontrar caminhos que reverta os comportamentos racistas na nossa sociedade e as praticas educacionais devem ser reconstruídas permitindo a visibilidade da cultura do negro.

Deste modo percebe-se que a formação docente é condição fundamental para desmitificar o preconceito racial na escola, sem o conhecimento e o reconhecimento da história do negro são poucas as possibilidades para a superação do racismo.

Com o objetivo de cumprir a Lei 10.639/2003 a Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS, por meio do Plano Municipal de Políticas de Promoção a Igualdade Racial- População Negra -2006 são propostas de várias ações na área da Educação e da Cultura, para assegurar a igualdade de oportunidades e o tratamento nas políticas educacionais.

Segundo Silva (2010)no ano de 2008 a SEMED cria o Grupo de Educação Afirmativa e Cidadania - GEAC, que realiza trabalhos em relação à temática étnico-raciais voltada para os alunos das series finais do ensino fundamental e orientadores educacionais, como o objetivo formar multiplicadores nas escolas municipais.

Em 2009 a SEMED cria uma divisão para realizar o acompanhamento pedagógico e a formação dos professores, denominada DED - Divisão de Educação e Diversidade, que tem como objetivo trabalhar as ações educativas em três eixos principais: alfabetização de Jovens e adultos, educação no campo e educação para as relações étnico-raciais. Mas também trabalha a questão de gênero e de *bullyng*, visando à valorização das diferenças e da diversidade, com a promoção da educação inclusiva e dos direitos humanos.

Atualmente o Plano Municipal de Educação (2015-2024) também assegura este direito em algumas de suas metas, que visam combater o racismo e a divisão da cultura do negro:

O racismo que aflige crianças e adolescentes não pode ser subestimado. As atitudes preconceituosas provocam a destruição da auto-estima, a negação da identidade étnico-racial e o desencorajamento de muitas crianças e adolescentes em continuarem os estudos. Apesar do avanço no debate sobre o *bullying*, ainda precisa-se tratar com responsabilidade o racismo na escola, muitas vezes perpetuado pelo nosso silêncio ou ainda pela vaga e vazia frase dirigida às vítimas de racismo: “Não se preocupe,todos somos iguais”. (CAMPO GRANDE, 2015,p.23).

E recentemente a SEMED implantou o "Programa de Educação em foco: múltiplas dimensões da formação continuada, 2017 - 2020" que se constitui uma das políticas centrais de formação da secretaria de educação.

O programa ressalta o objetivo de combater as desigualdades e de contribuir para uma sociedade mais justa e solidária:

Dessa forma, é necessário auxiliar a escola na construção de uma educação plural, que promova formas de enfrentamento ao preconceito, ao racismo e a todas as formas de discriminação, respeitando e valorizando as diferenças em sociedade. Nessa perspectiva é que a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, por meio da Suped, realiza, desde 2007, formações continuadas para que as escolas possam atender aos diferentes sujeitos que buscam as escolas públicas da Reme. (CAMPO GRANDE, 2017, p. 96).

A técnica Maria Lionete da Silva, técnica da Divisão de Educação e Diversidade na Secretaria Municipal de Campo Grande -MS, relata os desafios da aplicabilidade das normatizações brasileiras em relação as temáticas raciais na escola.

Há alguns profissionais da educação que se identificam com as questões ligadas as temáticas da diversidade e outros que não possuem embasamento teórico suficiente por isso não conseguem inserir nas suas práticas pedagógicas os conteúdos ligados a esta temática etnicorracial. Desse modo não priorizam esse ensino achando que cabe somente ao professor de história trabalhar a temática determinada na LDB, nas leis 10.639/03 e 11.645/08, resoluções do CNE, além dos Planos Nacionais e Municipais. (SILVA, p.186.2010)

Deste modo, constatamos que as normatizações educacionais da Secretaria Municipal de Campo Grande - MS, não só garantem o direito, mas também evidenciam a necessidade do debate sobre o racismo e asseguram a educação de igualdade de direitos para todos, sem discriminação.

Porém, somente homologação de leis não garante o combate ao preconceito, é preciso ampliar o debate das temáticas étnico-raciais e os cursos de formação docente precisam suporte aos professores, para que possam compreender o processo histórico do negro e também no reconhecimento do seu papel social para a construção de uma sociedade mais digna.

Considerações finais

Através dos estudos desta pesquisa foi possível constatar que em nosso país o povo negro teve muitas lutas para garantir sua liberdade e sua sobrevivência e que, embora tenhamos avançado consideravelmente nas políticas públicas que garantam seus direitos enquanto cidadãos, porém sua efetivação ainda é um desafio.

A garantia de uma educação que atenda as especificidades da criança de origem negra dependerá do investimento na formação docente e de práticas contínuas, pois a escola é dinâmica, deste modo, a educação para as relação étnico-raciais, não pode ser lembrada somente nas datas comemorativas.

Somente um trabalho contínuo poderá favorecer a compreensão das relações históricas e os interesses ideológicos, que permeiam a temática do negro, caso contrário as singularidades continuarão sendo ignoradas e com isso continuaremos com dificuldades para efetivação de uma educação para a igualdade racial sejam efetivadas.

As diretrizes educacionais Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, alerta que precisamos sair da superficialidade nas discussões em relação ao racismo em nosso país, para compreender as relações históricas, sociais e culturais e suas lutas. Reconhecer nossa identidade enquanto povo brasileiro rico em diversidades e usar essas diferenças a nosso favor.

Para que a escola cumpra sua função social na garantia de igualdade de direito e colabore para romper com preconceito instalado em nossa sociedade é preciso possibilitar a desconstrução de estigmas internalizados durante sua própria trajetória de formação, que ainda não foram compreendidos ou resolvidos internamente.

A escola poderá vir a ser um potencial de combate ao racismo, considerando que os alunos estejam um tempo significativo na instituição escolar e o professor tenha uma relação afetiva com os alunos. Desse modo, uma intervenção pedagógica de um profissional que está preparado para resolver situações de conflitos raciais.

Os estudos iniciais revelam que a efetivação das políticas afirmativas que possibilitam uma educação de igualdade racial esta nos próprios agentes da escola: pais, alunos e professores que necessitam apropriar deste conhecimento e posicionar-se politicamente para garantir igualdade de oportunidade.

Visto que a secretaria municipal de educação de Campo Grande-MS, possui uma política de formação de professores, que tem como objetivo de subsidiar os trabalhos pedagógicos no combate as desigualdades raciais, capacitando para contribuir para uma sociedade mais justa e solidária, esperamos estar analisando os pressupostos teóricos de suas propostas e a sua implementação prática.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2012.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 08 de Maio de 2018.

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília : MEC, 1996.

_____. PARECER CNE/CP 003/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Conselho Nacional de Educação/CP, aprovado em 10 mar. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 08 de Maio de 2018.

CAMPO GRANDE-MS, Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**. 2015-2024.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Educação em foco: múltiplas dimensões da formação continuada**. 2017 - 2020.

CATANANTE, Bartolina Ramalho. CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Organizadoras. **Educar para as Relações Etnicorraciais: um desafio para educadores**. Dourados/MS. UFMS, 2010.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. Negros e a Educação no Brasil. In: LOPES, E. M. ET ALL). **500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL**. 3 Ed. Belo Horizonte, MG: 2003, p. 325 à 346.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na Escola**. 3ª ed. Brasília. MEC, 2001.

SILVA, G. J.; SOUZA, J. L. **Educar para a diversidade étnico-racial e cultural: Desafios da Educação Inclusiva no Brasil**. In: Inter- Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 30 (1): p. 162-169, jan. / jun. 2008. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/4256>>

SILVA, Maria Lionete. A implementação das Leis 10.639/03 e 11.639/08 nas Escolas da Educação do Campo do Município de Campo Grande - MS. CATANANTE, Bartolina

Ramalho. CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Organizadoras. **Educar para as Relações Etnicorraciais: um desafio para educadores**. Dourados/MS. UFMS, 2010.